

A APROPRIAÇÃO DA NOÇÃO DE ESTADO BONAPARTISTA DAS OBRAS HISTÓRICAS DE KARL MARX NO CONCEITO DE POPULISMO NO BRASIL

Natália Cristina Granato¹

Resumo: Neste trabalho, temos a intenção de verificar a influência da teoria política marxista, sobretudo nas obras históricas de Marx na teoria do populismo no Brasil, prioritariamente na produção de Francisco Weffort. Compararemos duas revoluções, a de 1848, na França e a de 1930, no Brasil. A partir desses eventos, analisaremos o advento do Estado bonapartista na França e do Estado populista no Brasil. Resguardadas suas peculiaridades e diferenças procuraremos de que forma a teoria política de Marx nas suas obras históricas influenciou a teoria do Estado populista no Brasil, escrita por teóricos inspirados por essa linha. Procuraremos apontar semelhanças e diferenças entre tais obras. Também situaremos as obras que operam com os conceitos de bonapartismo e populismo e apontaremos para pontos centrais dessas produções.

Palavras-chave: Populismo, Brasil, Estado Bonapartista, França.

Recebido em: 3/6/2020

Aceito em: 15/11/2020

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: nataliagranato@hotmail.com

THE APPROPRIATION OF THE NOTION OF BONAPARTIST STATE IN KARL MARX'S HISTORICAL WORKS IN THE CONCEPT OF POPULISM IN BRAZIL

Abstract: In this work, we intend to verify the influence of Marxist political theory, especially in the historical works of Marx in the theory of populism in Brazil, primarily in the production of Francisco Weffort. We will compare two revolutions, that of 1848, in France and that of 1930, in Brazil. From these events, we will analyze the advent of the Bonapartist state in France and the populist state in Brazil. Safeguarding his peculiarities and differences, we will look at how Marx's political theory in his historical works influenced the theory of the populist state in Brazil, written by theorists inspired by this line. We will try to point out similarities and differences between such works. We will also situate the works that operate with the concepts of Bonapartism and populism and point to central points of these productions.

Key words: Populism, Brazil, Bonapartist State, France.

1. Introdução

Neste trabalho, temos a intenção de verificar a influência da teoria política marxista, sobretudo nas obras históricas de Marx (1997; 2008) na teoria do populismo no Brasil, prioritariamente na produção de Francisco Weffort (1965; 2003). Outras obras consultadas foram as de Octávio Ianni (1965; 1968), porém tais obras serão abordadas de maneira secundária, pois entendemos que a comparação entre Marx e Weffort possuem maiores possibilidades de diálogo pela proximidade de algumas proposições, que assinalaremos nos momentos oportunos. A escolha desses autores deve-se pelo fato de ambos serem claramente influenciados pelo marxismo (Kaysel, 2012) na formulação de suas teorias e conceitos, entre eles, o bonapartismo. Reiteramos que nos atentaremos principalmente à obra de Francisco Weffort (1965; 2003) pois ele forneceu “uma das explicações do populismo mais conhecidas para o caso do Brasil” (Kaysel, 2012, s/p.).

Compararemos duas revoluções (1848, na França e 1930, no Brasil) e o advento do “Estado bonapartista” na primeira e do “Estado populista” na segunda. Resguardadas suas peculiaridades e diferenças (históricas, geográficas, etc) procuraremos de que forma a teoria política de Marx influenciou a teoria do Estado populista no Brasil, escrita por autores influenciados por essa linha (Weffort, 2003; Ianni, 1968), embora nos seus textos e nas suas referências, não façam menção às obras históricas de Marx².

Procuraremos apontar semelhanças e diferenças entre tais obras. Nos atentaremos a uma comparação entre os momentos históricos brasileiro e francês, objetivando um melhor entendimento acerca do processo de produção de conceitos (bonapartismo e populismo). Pretende-se apontar aproximações, apropriações, diferenciações e sobretudo ressignificações. Defendemos que o conceito de populismo no Brasil é tributário das obras históricas de Marx, apreender cuidadosamente esse conceito permite uma compreensão de muitas interpretações sobre a política brasileira entre 1930 e 1964, e o que restou ou não de tais características na política e na sociedade brasileira atual.

Na comparação de duas revoluções (de 1848, na França e 1930, no Brasil), apontaremos apontarmos brevemente o contexto histórico e social em que estavam imersas. A revolução de 1848 e a ascensão de Bonaparte foram analisadas por Marx em “As lutas de classe na França” e “o 18 Brumário de Luís Bonaparte”, escritas praticamente no mesmo tempo dos acontecimentos observados. Essa revolução ocorreu na década de 1840, a mesma década em que Marx iniciou a sua obra teórica. O cenário era de urbanização e industrialização desenfreadas. Segundo Eric Hobsbawm (2006) como consequência desse processo, as cidades estavam crescendo sem planejamento, havia deficiência de limpeza das ruas, abastecimento de água, saneamento básico, habitação, epidemias de doenças contagiosas entre as décadas de 1830 e 1850, aumento da pobreza (urbana e rural), prostituição, vícios, entre outros problemas sociais. Significativas parcelas da população, sobretudo os mais pobres, estavam diante da “catástrofe social na Europa”

² Isso pode ser conferido nas referências bibliográficas das duas principais obras sobre o populismo no Brasil, de autoria de Weffort (2003) e Ianni (1968).

(Hobsbawn, 2006, p.282). Esse contexto possibilitou o aparecimento da ação revolucionária das massas proletárias. A revolução de 1848 foi “consequência direta” de tal contexto (Hobsbawn, 2006, p.285).

Já a “Revolução de 1930” eclodiu de uma situação na qual a urbanização e industrialização davam seus primeiros passos mais efetivos. Diferentemente da Revolução de 1848, ela não emergiu a partir de uma contestação proletária. A análise da Revolução de 1930 para os teóricos do populismo em questão não foi escrita na mesma época desse acontecimento, diferentemente de Marx. O contexto de produção da obra de Octávio Ianni (1968;1965) foi a década de 1960, e o contexto de Francisco Weffort (2003; 1965) corresponde às décadas de 1960 e 1970. Tais períodos históricos correspondem aos anos posteriores ao golpe militar de 1964, que, segundo esses autores, faz com que o regime populista entre em crise. Ianni e Weffort retomam às origens do Estado populista (a Revolução de 1930) para explicar sua derrocada a partir desse acontecimento histórico.

Apresentando brevemente os contextos de produção das obras analisadas e de seus respectivos autores, passaremos a enunciar as etapas desse trabalho. No primeiro momento, nos esforçaremos em expor como eclodiram as revoluções de 1848, na França, e 1930, no Brasil. No segundo momento, destacaremos como se desenrolaram os acontecimentos posteriores aos períodos revolucionários da França e do Brasil. Na terceira etapa do trabalho, nos atentaremos ao processo que culminou no Estado bonapartista na França e na quarta etapa do trabalho, focaremos no processo que culminou no Estado populista no Brasil, comparando com as características do Estado bonapartista francês. Em cada uma dessas etapas, comparações entre esses dois momentos históricos, bem como entre as teorias formuladas a partir de tais reflexões serão destacadas. Na conclusão, retomaremos a algumas premissas teóricas de Marx acerca do Estado para compará-las com os respectivos conceitos referentes aos momentos históricos em questão, ou seja, o bonapartismo e o populismo.

2. A eclosão das revoluções de 1848 e 1930

Marx analisou a Revolução de 1848 na obra “As lutas de classes na França de 1848 a 1850”. A continuação desse livro foi “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, obra no qual Marx analisa o governo de Luís Bonaparte e o processo que levou ao golpe de Estado e formação do Estado bonapartista a partir de então. Marx inicia sua análise retratando como o poder político se apresentava na França de 1830 (ano da Revolução de Julho) a 1848, momento que Marx testemunhava a história no seu próprio presente. Marx (2008) explica que o período anterior à 1848 (sob domínio de Luís Felipe) era caracterizado por uma dominação exclusiva de uma única fração de classe- a aristocracia financeira. Para Marx, a aristocracia “ocupava o trono” de fato, “ditava leis nas Câmaras” e “distribuía os cargos públicos” em todos os seus níveis (Marx, 2008, p.65). Seus interesses de classe eram correspondidos, através do “endividamento do Estado” (o que faz com que este pedisse empréstimos, que causavam corrupção, contratos fraudulentos, especulação e enriquecimento dos banqueiros) (Marx, 2008, p.68). Outras frações de classe como

a burguesia industrial detinham uma pequena parcela de participação política, uma vez que fazia parte da oposição oficial, o que não ocorria com a pequena burguesia e a classe camponesa, pois estas estavam “totalmente excluídas do poder político” (Marx, 2008, p.66).

Essas frações de classe manifestavam insatisfações contra tal situação, somando-se com a revolta do setor popular. Tal contexto, juntamente com as guerras, crises econômicas no comércio e na indústria, a falta de abastecimento de bens primários à população, além das más colheitas dos anos de 1845/46, fizeram com que os setores populares organizassem levantes, tornando “ainda mais insuportável a dominação *exclusiva* da aristocracia financeira” (Marx, 2008, p.71, grifos no original).

No caso brasileiro, o momento de inflexão política verifica-se na eclosão da Revolução de 1930. A partir desse momento, os autores Francisco Weffort (2003;1965) e Octávio Ianni (1968;1965) apontam que surge o fenômeno político do populismo. Para ambos os autores, a Primeira República caracterizava-se pela dominação exclusiva de uma classe. Francisco Weffort (2003) define que no período anterior a 1930 havia o predomínio de uma oligarquia dirigente baseada nos “interesses exclusivistas do café”, exportadora e portadora de uma política “tradicional” de valorização do café (Weffort, 2003, p.50). Essa política entrou em colapso, em grande parte devido à crise econômica mundial de 1929, que gerou superprodução interna de café.

A partir do momento em que setores da economia menos vinculados aos interesses cafeeiro-exportadores começaram a questionar esse regime, começa-se uma formulação de uma política de Estado voltada para a promoção de um capitalismo industrial. Esse processo, contudo, não conduziu a um “conflito aberto entre setores industrialistas e setores tradicionais” (Weffort, 2003, p.51).

Um estudo clássico sobre o movimento político que pôs fim ao ciclo da República Velha intitula-se “A Revolução de 1930: História e Historiografia”, de Boris Fausto. Segundo o autor, não existiam conflitos entre o setor agrário exportador com base na grande propriedade semifeudal, em relação aos interesses voltados para o mercado interno (Fausto, 1975, p.9). Para Fausto, dualismos como setor agrário versus setor moderno, campo versus cidade, economia semifeudal versus economia capitalista, rural versus urbano, não seriam plausíveis na realidade brasileira. Diante da incapacidade da burguesia a promover os seus interesses de classe, o movimento de 1930, como uma “revolução pelo alto”, ocorreu para afirmar a ação do Estado frente a sociedade (Fausto, 1975, p.50).

Percebe-se a influência das ideias de Weffort sobre a interpretação que Boris Fausto empreendeu para analisar a Revolução de 1930. Boa parte das análises sobre esse evento histórico assinala que houve a preponderância da conservação e detrimento das mudanças sociais. O processo político pós-1930 não modificou as relações de produção baseadas no grande latifúndio, e “o colapso da hegemonia burguesa do café não conduz ao poder político de outra classe ou fração de classe com exclusividade” (Fausto, 1975, p.116).

Com uma interpretação parecida, José Carlos Pereira (1984), defende que a Revolução de 1930 não tinha em sua origem um conteúdo industrialista, nem constituiu um movimento

liderado pela burguesia industrial ascendente contra o agrarismo predominante na Primeira República. O movimento de 1930 buscou a incorporação das aspirações das classes em ascensão (burguesia industrial, operariado urbano) nas pautas do Estado (ou seja, quebrou o monopólio exclusivo das oligarquias rurais sobre o Estado). Mas isso não significa que as classes hegemônicas da República Velha foram excluídas do processo político que estavam em reformulação.

Em nosso estudo sobre Marx (2008) e sua análise sobre a Revolução de 1848 na França, comparado a Weffort (2003) e parte dos autores que interpretaram a Revolução de 1930, verificamos a ocorrência de duas revoluções, nas quais se verificam a dominação exclusiva de uma determinada classe no momento pré-revolucionário colocadas em questionamento por classes totalmente excluídas do poder político. Essas insatisfações foram somadas por crises e fatores externos (no caso francês, guerras, crises econômicas e más colheitas, e no caso brasileiro, a crise mundial de 1929), que influenciaram decisivamente nos acontecimentos políticos. Porém, na França de 1848, verifica-se a eclosão de um levante popular contra a dominação exclusiva de uma única classe (neste caso, a aristocracia financeira), o que não se verifica no caso brasileiro. Segundo Weffort (2003, p.72), a Revolução de 1930 foi um movimento operado “de cima”, antecipando-se a uma suposta participação das “massas populares”. Essa participação seria promovida e tutelada pelo Estado, como verificamos adiante.

Outro signatário da ideia de que antes de 1930 o poder de Estado era exercido por uma única classe, nesse caso, “a burguesia agrário-comercial” é o sociólogo Octávio Ianni (1968). Ele argumenta que o poder dessa fração de classe foi questionado a partir da Revolução de 1930, que inaugurou o “modelo getuliano” de incorporação de “interesses econômicos e políticos do proletariado, classe média e burguesia industrial” (Ianni, 1968, p.55). Ianni define as ações de Getúlio Vargas como “políticas de massas”. Francisco Weffort³ também é signatário dessa ideia, pois na interpretação de ambos, o capitalismo no Brasil não se encontrava completamente desenvolvido, “o que implica em classes sociais incompletamente constituídas” (Ianni, 1968, p.54). Nessa dinâmica, residia a debilidade de organizações de classe e levantes populares em prol de transformações sociais no Brasil.

Na França de 1848, verifica-se a eclosão de um levante popular contra a dominação exclusiva de uma única classe, ou seja, a aristocracia financeira. Já no caso brasileiro, Weffort (2003, p.71) aponta que os responsáveis pela eclosão da Revolução de 1930 não foram os proletários, e sim, parte da classe média e chefes oligarcas dissidentes. A classe média abre a contestação ao sistema oligárquico e ao domínio político de uma só classe, almejando o voto universal e secreto, além da moralização política (reivindicações presentes nas revoltas tenentistas da década de 1920), mas não conseguem ir além dessas reivindicações (Weffort, 2003, p.129). O protesto político das classes médias é resultado do incremento da industrialização e da urbanização, processo que propiciou a tendência à ampliação das bases sociais do Estado e a diversificação dos atores sociais na arena política (Weffort, 2003, p.72).

³ A “estrutura de Estado de caráter semicorporativo” inaugurado pela Revolução de 1930 promoverá, para Weffort, “a incorporação das classes populares urbanas bem como as demais classes em formação” (Weffort, 2003, p.139)

Há aqui, portanto, uma diferenciação entre as análises de Marx (2008) e Weffort (2003). Enquanto o primeiro enxerga o potencial revolucionário das classes proletárias francesas, no segundo a contestação revolucionária surge a partir da classe média, embora tal potencial seja limitado, dadas as características da formação social e econômica brasileira.

3. O período pós-revolucionário: os governos provisórios da França após 1848 e do Brasil após 1930

A partir de fevereiro de 1848, na França, instituiu-se um governo provisório, composto de diferentes partidos e frações de classes envolvidos com a derrubada de Luís Felipe, cujos os “interesses se opunham hostilmente” (Marx, 2008, p.72). O governo provisório deu lugar à proclamação da república, promovida principalmente pela luta dos operários, que passaram a se organizar em um partido autônomo. A república fez com que o poder político que antes só contemplava a aristocracia financeira fosse dividido com as demais frações da burguesia. A república congregava a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o clero, a população rural, o *lumpen-proletariado*, a guarda móvel, os intelectuais e o proletariado, que foi o condutor do processo revolucionário contra a monarquia. Esse fato impossibilitava o proletariado de aprofundar as transformações sociais inauguradas a partir da Revolução de 1848. Marx acentuava a capacidade revolucionária do proletariado e não de outras classes, no caso da França de 1848. Ele indica a incapacidade da nova propriedade (a indústria e o comércio) superar a antiga propriedade (territorial). Ambas frações de classe se representavam no Partido da Ordem. Marx (1997, p.52) afirma que a antiga propriedade territorial se aburguesou com o desenvolvimento da sociedade moderna, por isso é possível defini-la como burguesa, apesar de suas tendências feudais. Com a república, essas frações de classe burguesas tiveram que dividir o poder de Estado, no Partido da Ordem e no Parlamento. Nesse sentido, a república beneficiou a burguesia industrial e comercial, classes que passaram a dividir o poder de Estado que na monarquia era privilégio apenas de uma fração de classe.

Temos em Marx (2008;1997) um governo pós-revolucionário composto por diversas frações de classe e uma incapacidade da burguesia industrial e comercial substituir a dominação de classe da antiga propriedade, a aristocracia rural. Ele indica que esta última, com o seu “aburguesamento” provocado pelo desenvolvimento do capitalismo na França, passou a não diferenciar-se radicalmente com o novo tipo de propriedade.

Já no caso brasileiro temos, conforme o visto anteriormente, classes incompletamente constituídas, ou “massas”. Dessa maneira, nenhum grupo autônomo é capaz de exercer a base de legitimidade do Estado (Weffort, 2003; Ianni, 1968). Mesmo com a nascente industrialização, “os empresários são incapazes de fornecer bases próprias para a legitimidade do Estado” (Weffort, 2003, p.62). O fenômeno da industrialização “acompanha um crescimento dos setores mais anacrônicos da economia tradicional”, sobretudo a agricultura (Weffort, 2003, p.62). Grupos “arcaicos” e “modernos” da economia, portanto, não se diferenciam radicalmente, aproximando-se do caso da França de 1848 observado por Marx. No Brasil pós-revolucionário, assim como na

França, também se observa uma ampliação das bases sociais do Estado (Weffort, 2003, p.72). Variados grupos sociais passam a ter seus interesses incorporados, reiterando que não se tem apenas o domínio de uma única classe, como nas décadas anteriores de ambos casos.

Voltando ao caso francês, Marx observa que a república trouxe um importante traço de modernização: o sufrágio universal. Sob o regime republicano, as frações de classe burguesas passaram a lutar com as demais classes de modo direto, sem mediação. Eram temerosas especialmente com a ação política do proletariado, que demonstrou força de agitação com os levantes de 1848. Nesse sentido, a burguesia por algumas vezes desejava retomar à monarquia, uma forma menos desenvolvida e menos perigosa de domínio político (Marx, 1997, p.53).

Havia, ao mesmo tempo, a modernização de dominação de classe, consequência do desenvolvimento da sociedade francesa. Isso fez com que a antiga forma de propriedade territorial se aburguesasse. Também se assistiu à ascensão do novo tipo de propriedade (a industrial) na arena política. Paralelamente a este processo, a França registrou a incorporação das demais classes da sociedade na luta política, algo que foi possibilitado pelo sufrágio universal. Conforme já assinalamos, essa incorporação era temerária pelas frações de classe burguesas, fazendo com que elas sentissem, internamente, um desejo de retorno ao passado, em direção à monarquia, pois neste regime político não se sentiam tão ameaçadas quanto na nova situação republicana. Muito devido a isto, algumas características da monarquia foram mantidas. O Exército, a justiça e a administração permaneceram sob comando dos antigos ocupantes (com poucas exceções) e “nenhum dos grandes culpados pela monarquia de julho foi chamado a prestar contas” (Marx, 2008, p.79). Marx aponta que a permanência e a conservação social em detrimento das mudanças que essa ruptura política (a instauração da república) provocou. Apesar dessas permanências, mudanças foram sentidas pela sociedade francesa, como a ação política do proletariado nas bases institucionais do Estado. Essa classe passou a contar com representantes operários no governo, reivindicando oficinas nacionais, a lei que limitava a jornada de trabalho diária em 10 horas, o projeto de lei que previu o direito ao trabalho e a lei de imposto sobre o capital (Marx, 2008). Embora essa legislação tenha sido revogada e rejeitada pelo parlamento, todos os tipos de reivindicações operárias eram temidos pelas frações da burguesia e da pequena-burguesia, que combatiam a possibilidade de emancipação proletária.

No caso brasileiro, vivencia-se um regime republicano desde 1889. Portanto, diferentemente do caso francês, as mudanças introduzidas a partir da Revolução de 1930 não foram provocadas pela mudança de regime em si, mas por outros fatores. O líder da Revolução de 1930, Getúlio Vargas, já na Plataforma da Aliança Liberal, que continha as ideias do seu grupo político para a presidência, contesta o regime pré-1930, pois este, apesar de se guiar na teoria por uma Constituição republicana, liberal e democrática, burlava todos esses princípios na prática.

Segundo a Plataforma da Aliança Liberal, no regime republicano característico do período pré-1930, registravam-se fraudes, compra de votos e falta de liberdade de pensamento, não havendo possibilidade de oposição (Collor, 2002). Muitas das mudanças introduzidas a partir da Revolução de 1930 já estavam previstas na campanha presidencial de Vargas no mesmo ano.

O grupo político de Vargas defendia os anseios dos diversos setores da sociedade, incluindo-se os trabalhadores e os interesses das classes até então dominantes economicamente, ou seja, o cafeeiro (Collor, 2002). Segundo o documento, a produção cafeeira não era adequadamente defendida pelos governos anteriores. Não há, portanto, substituição de dominação de classe, e sim, incorporação de interesses de classes no processo político.

Temos, portanto, algumas diferenças entre o caso francês e o caso brasileiro. Enquanto no primeiro a república trouxe mudanças, o Brasil de 1930 já se encontrava em um regime republicano, a Revolução de 1930 apenas visava moralizar os costumes políticos e incorporar novas classes no jogo de poder. No caso francês, observa-se a incorporação de classes na arena política, a manutenção de algumas características da monarquia e mudanças como o sufrágio universal e a ascensão das reivindicações operárias, o que fazia com que as classes burguesas ficassem temerárias quanto à essas conquistas.

No contexto brasileiro, assinalamos a incorporação dos interesses das massas operárias na arena política, ao contrário do que havia no período pré-1930, no qual predominava os interesses particularistas de classe (Weffort, 2003, p.62). Essa incorporação era temida pelas classes médias e burguesas, especialmente no período entre 1945 e 1964, democrático (Ianni, 1965, p.168).

Apesar dessas mudanças, no Brasil, assim como na França de 1848, também se observou a permanência de determinadas práticas características do regime pré-1930. Embora o novo regime não seja oligárquico⁴, os antigos grupos de poder não foram afetados no nível regional e local no que se refere às suas respectivas hegemonias (Weffort, 2003, p.79). As bases regionais de sustentação políticas foram mantidas, e o regime populista não foi capaz de superá-las (Weffort, 2003, p.97).

Sobre as manutenções das práticas políticas do regime pós-1930, Luciano Martins (1980, p.673) define o processo que o movimento outubrista inaugurou como uma "crise da oligarquia", dado que a estrutura agrária não foi modificada. Assim, as bases sociais do coronelismo foram mantidas, bem como a hegemonia do voto rural. Esse processo resultou na modernização da manipulação eleitoral e proporcionou a inclusão de atores emergentes na cena política, algo que "o sistema representativo da confederação oligárquica fora incapaz de resolver" (Martins, 1980, p.680).

⁴ Sobre a permanência de interesses regionais e particularistas das oligarquias, Octávio Ianni (1965, p.38-39) salienta que o período pós-revolução de 1930, em especial após 1945 (ano da estruturação dos partidos políticos depois do Estado Novo), apesar da legislação permitir apenas partidos nacionais, os mesmos se rearticulam de acordo com os interesses regionais de cada estado. Assim, Ianni defende que tais partidos não são coesos ideologicamente, muito menos em nível de representação de classes sociais, o autor conclui que no mesmo partido pode se encontrar, por exemplo, "latifundiários do Nordeste", "industriais de São Paulo" e "operários de Porto Alegre" (Ianni, 1965, p.39). Há, portanto, uma confusa representação de classe e ideológica. Nesse sentido, o autor é bastante próximo de Marx (2008, p.129) quando este afirma que o Partido do National não representa nenhuma classe econômica. Nessa passagem, Marx abre a possibilidade de pensar partidos políticos não apenas como representantes de uma determinada classe econômica, pois esse fenômeno nem sempre ocorre, conforme o visto na análise histórica, havendo a possibilidade de representação confusa de uma ou várias classes no mesmo partido, dadas as particularidades de cada situação analisada.

Outra autora que compartilha deste ponto de vista é Maria do Carmo Campello de Souza, salientando que os interesses econômicos dominantes do período anterior não foram marginalizados. Segundo a autora, a Revolução de 1930 redefiniu os “canais de acesso e influência para a articulação de todos os interesses, velhos ou novos, com o poder central” (Souza, 1976, p.85).

4. O processo que culminou no estado bonapartista na França

Conforme o visto, uma das principais mudanças que a república francesa proporcionou foi a eleição por sufrágio universal, que conduziu Luís Bonaparte para a presidência. Ele foi eleito devido aos votos da maior parte da população da França, composta por camponeses, que “passaram a ser os árbitros do destino da França” (Marx, 2008, p.74). Bonaparte tinha como base de sustentação política, além de camponeses, o lumpen-proletariado, parcela da população composta por “vagabundos”, “presidiários”, “chantagistas”, “trapaceiros” e “mendigos” (Marx, 1997, p.79). A burguesia, portanto, não dirigia diretamente o Estado e seu poder Executivo, pois esse estava sob domínio de Luís Bonaparte. Assim, a burguesia temia cada vez mais o sufrágio universal, a instabilidade política e a luta de classes.

Assim que assumiu o poder, Luís Napoleão fez com que velhas figuras da monarquia de Luís Felipe ocupassem cargos (Marx, 2008, p.113), ao mesmo tempo em que “todos os velhos partidos da oposição” foram atirados “para os cumes do Estado”, “reunidos numa repugnante mistura” (Marx, 2008, p.113). Velhos políticos da monarquia de julho eram representados pelo “Partido da Ordem” (que representava a grande burguesia), o “Partido da Montanha” (legenda que representava uma mistura entre a pequena burguesia e o proletariados democráticos) e o “Partido do National”, composto de republicanos burgueses que “não representavam nenhuma grande fração da sua classe assente em bases econômicas” (Marx, 2008, p.129).

Nesse processo político, Bonaparte se deparou com conflitos em relação à Constituinte, trocou ministérios, e viu sua popularidade e influência diminuírem. A república recém-instaurada promovia os interesses da aristocracia financeira e o seu Partido da Ordem ao mesmo tempo em que os camponeses, os pequeno-burgueses, as classes médias e o proletariado não tinham interesses e reivindicações⁵ contemplados, ao contrário, eles eram duramente combatidos, uma vez que eles atacavam “todo o monopólio do Partido da Ordem” (Marx, 2008, p.170). No entanto, nas eleições de 1850, os candidatos socialistas que representavam os interesses das classes “não contempladas” pela república obtiveram consideráveis vitórias. Isso foi possível graças ao sufrágio universal. Acuado com tais vitórias, o Partido da Ordem foi “obrigado a aumentar o poder do executivo (Marx, 2008, p.192) e conseqüentemente do seu titular, Luís Bonaparte, prorrogando o seu mandato:

⁵ Tais como liberdade de imprensa, direito de associação, abolição das barreiras protecionistas, ensino popular e universal, etc (Marx, 2008, p.169-170).

“O poderoso partido da ordem vê-se assim obrigado, para a sua vergonha, a levar a sério a pessoa ridícula, ordinária e que era odiosa do pseudo-Bonaparte (...) este supunha que essa importância era unicamente devido à magia de seu nome e à sua incessante caricatura de Napoleão” (Marx, 2008, p.193)

Mas o Partido da Ordem só aceitou aumentar o poder de Bonaparte e apoiar a prorrogação de seu mandato porque preferia colocar seus interesses nas mãos de um líder ambíguo que não pertencia às suas fileiras, mas que promovia os seus interesses, mesmo este sendo eleito pelo voto dos camponeses, que não eram representados por esse líder. Havia, portanto, uma “crise de representação” na recém-instaurada república burguesa na França. Esse momento de inflexão política fazia com que as classes burguesas temessem a ação política do proletariado, a instabilidade, o sufrágio universal e a luta de classes.

Como solução para isto, as frações burguesas desejavam um governo forte, demonstrando irritação quando o Partido da Ordem (legenda que representava os seus interesses) entrava em luta parlamentar com Luís Bonaparte. Acima de tudo, essas frações de classe temiam que as crises culminassem no socialismo. Nesse contexto, o poder concentrado nas mãos de Bonaparte foi uma realidade cada vez mais frequente, a começar pela nomeação de seu ministério, no qual:

não figurava um único membro do Parlamento, sendo inteiramente composto de indivíduos absolutamente desconhecidos e insignificantes (...) quanto mais inexpressivo fossem os seus ministros, mais manifestamente Bonaparte concentrava em sua pessoa todo o Poder Executivo e maior margem tinha para explorá-lo para os seus próprios interesses (Marx, 1997, p.96).

Nesse sentido, as tensões dentro do Partido da Ordem eram intensas, juntamente com os conflitos dentro da Assembleia Nacional e seus desentendimentos com Luís Bonaparte e o poder Executivo. No entanto, as frações de classe da burguesia financeira e industrial⁶ se desagradavam com essas lutas travadas pelo partido, que supostamente representava os seus interesses e passaram a se colocar cada vez mais ao lado do presidente Luís Bonaparte. Assim, elas se afastaram dos seus próprios “representantes parlamentares” e de sua própria imprensa (Marx, 1997, p.110). O que essas frações de classe temiam eram os levantes populares, o sufrágio universal, a instabilidade política, e para garantir a “ordem” que elas desejavam. Como síntese desse processo, Luís Bonaparte proclamou o golpe de Estado em 2 de dezembro, instalando uma ditadura e aniquilando o Parlamento, com o apoio da burguesia industrial e financeira a tais

⁶ Tais tensões são visíveis nas passagens em que Marx indica que a burguesia financeira tornou-se bonapartista: “a aristocracia financeira condenava (...) a luta parlamentar do partido da ordem contra o Poder Executivo como uma perturbação da ordem, e comemorava cada vitória do presidente sobre os supostos representantes dela como vitórias da ordem” (Marx, 1997, p.107); e também a burguesia industrial e seu “fanatismo pela ordem”, que se irritava constantemente com “as disputas em que o partido da ordem se empenhava no Parlamento com o Poder Executivo” (Marx, 1997, p.108).

medidas. A solução para as temidas instabilidades, levantes do proletariado e lutas parlamentares, por parte da burguesia e suas frações de classe, foram personificadas em Luís Bonaparte, o “guardião da ordem” (Marx, 1997, p.111).

5. O processo que culminou no estado populista no Brasil: comparações com o estado bonapartista francês

No Brasil, o movimento de 1930 se iniciou com a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, saindo derrotado. Contudo, a contestação das classes médias e dos membros dos movimentos tenentistas⁷ em prol da moralização dos costumes políticos, juntamente com as oligarquias dissidentes, desembocaram na Revolução de Outubro de 1930. Tal contestação só foi possível graças ao incremento da população urbana, crescimento das indústrias e das cidades (Weffort, 1965, p.173). Assim, os novos grupos, diferentes dos grupos dominantes agrários oligárquicos, emergem dessa nova situação. Porém, esses grupos que contestam o regime vigente são incapazes de ir além dos objetivos iniciais (moralização dos costumes políticos) e formular uma ideologia própria, “um programa de transformação social que expressasse um ponto de vista original contra o sistema vigente” (Weffort, 2003, p.72). Além disso, as contestações das classes médias não se mostravam dispostas a buscar uma aliança com as classes trabalhadoras urbanas e rurais. Por outro lado, as classes populares não tinham condições “para pressionar por uma participação autônoma no processo político” (Weffort, 2003, p.73). Nenhum grupo, nesse sentido, era capaz de “oferecer as bases de legitimidade do Estado” e fazer de seus “interesses sociais e econômicos particulares” como “expressão política dos interesses gerais” (Weffort, 2003, p.54).

As novas propriedades emergentes (industrial e comercial) não contestaram o antigo regime (embora essas classes tenham sido beneficiadas pelas mudanças políticas provocadas depois de 1930) e estiveram ausentes do processo revolucionário (Weffort, 2003, p.72). Os grupos empresariais “nunca conseguiram fazer da economia industrial o centro decisivo da atividade econômica” (Weffort, 2003, p.134). Temos aqui uma situação parecida com o caso francês, no qual os interesses dos velhos e dos novos tipos de propriedade não se chocam radicalmente⁸. Portanto, nos dois casos, interesses das classes em ascensão são contemplados (embora Marx aponte que os interesses do proletariado e do campesinato sejam desconsiderados pelo governo de Luís Bonaparte) e não necessariamente os interesses da velha propriedade que monopolizava o poder tivessem deixado de serem levados em consideração pelo novo governo, muito pelo contrário.

Na comparação entre a Revolução de 1848 e a Revolução de 1930 nos deparamos, no primeiro caso, com um processo político que levou Bonaparte a monopolizar o poder em sua pessoa. Conforme o visto, a França de 1848 tinha a maior parcela da população camponesa, um proletariado urbano em expansão com forte possibilidade de pressão sobre o Estado em

⁷ Sobre tais contestações, ver Francisco Weffort (2003), Décio Saes (1984), também signatário da teoria do populismo proposta por Weffort e Octávio Ianni (1968).

⁸ Décio Saes (1984, p.85), salienta que a revolução de 1930 deixou intacta a estrutura de propriedade das antigas oligarquias agrárias.

movimentos de massa, uma ascendente burguesia industrial e comercial e uma ainda uma forte burguesia agrária (velha propriedade que se modernizava). Amedrontadas com a possibilidade de pressão proletária sobre o Estado, culminando, em última instância, ao socialismo, as classes burguesas preferiram se afastar cada vez mais de seu próprio partido de representação (o Partido da Ordem) quando este entrava em conflito com Bonaparte ou entre os seus próprios membros. Como Marx assinala, as frações de classe burguesas preferiam transferir poder para um líder vago que deveria representar quem o elegeu (majoritariamente os camponeses), mas não o fazia. Paralelamente, Bonaparte prometia ser o “guardião da ordem” contra o caos e a instabilidade. Tais frações transferiram poder a esse líder, e apoiaram o golpe de “18 de Brumário”, submetendo-se ao autoritarismo e à concentração de poder em troca de manterem-se afastadas do “perigo do socialismo”.

Já no caso brasileiro, Vargas assumiu o poder em um momento em que o país dava os seus primeiros passos em direção à urbanização e industrialização mais efetivas. Portanto, havia a possibilidade de emergência de setores do proletariado a se organizarem. Antecipando-se a isso, os “grupos dominantes” promoveram a tutela das massas operárias a partir da Revolução de 1930 (Weffort, 2003, p.13).

No caso francês, observa-se o autoritarismo de Bonaparte para anular a luta de classes vigente. No caso brasileiro, a ascensão de Vargas e a tutela do proletariado visava evitar uma suposta eclosão do conflito de classe e a organização do proletariado.

No Brasil pós-revolução de 1930 sob o ponto de vista de Weffort (2003), observa-se que nenhum grupo (classe média, oligarquia cafeeira e agrária, etc) “detém com exclusividade o poder político” (Weffort, 2003, p.53). O Estado se assume como uma entidade acima dos interesses de classe imediatos, atuando como “soberano” em relação à sociedade. Trata-se de um “Estado de Compromisso”, pois o Estado é relativamente independente da sociedade e impõe-se como instituição a todos os grupos sociais, “inclusive aos grupos economicamente dominantes” (Weffort, 2003, p.55). Temos um Estado “árbitro” que decide em nome dos interesses nacionais.

Tais características do populismo apontados por Weffort acima assemelham-se muito ao que Marx observou a partir do golpe de Estado que manteve autoritariamente Luís Bonaparte no poder. Sob o seu comando, “o Estado parece tornar-se completamente autônomo” (Marx, 1997, p.126), pois ele estaria acima dos interesses de classe. No entanto, esse poder de Bonaparte não estava “suspenso no ar”, pois ele representava a classe mais numerosa da sociedade francesa: os pequenos camponeses (Marx, 1997, p.126). Essa classe era incapaz de fazer valer seus interesses, fazendo se representar por um “aventureiro” como Luís Bonaparte. Segundo a interpretação de Marx, os camponeses possuíam interesses em oposição aos anseios da burguesia e do capital (Marx, 1997, p.132). Portanto, não seria possível Luís Bonaparte representar, ao mesmo tempo, sua base política (os camponeses) juntamente com a classe que apoiou o seu golpe de Estado (burguesia industrial e financeira). Nas palavras de Marx, “Bonaparte gostaria de aparecer como o benfeitor patriarcal de todas as classes. Mas não pode dar a uma classe sem tirar da outra” (Marx, 1997, p.137). Marx observa que os camponeses “não constituem uma classe” (Marx, 1997, p.128), daí a sua incapacidade de organização política. Nas palavras de Marx:

“não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva” (Marx, 1997, p.128)

Nessa passagem, destacam-se o poder tutelar de Bonaparte sobre a classe camponesa, e a sua autoridade ilimitada personificada na sua pessoa, enquanto Estado e enquanto ser místico (pois é capaz de “mandar o sol ou a chuva” para as suas plantações, por exemplo). Em linhas gerais, Marx indica que embora Bonaparte se apresente como promotor de interesses de todas as classes, seu poder não se encontra suspenso no ar, pois a sua legitimidade depende, em última instância, à classe mais numerosa da França que lhe deu apoio: a camponesa.

Já no Estado populista verificado no Brasil no período pós-1930, o Estado também aparece como uma entidade acima de todas as classes, mas Weffort aponta que a sua legitimidade se repousa em uma classe (ou massa), ou seja, as “massas populares”. Enquanto o Estado bonapartista da França legitima-se através da “massa camponesa” (massa incapaz de auto representação, tutelada por Bonaparte), o Estado populista brasileiro legitima-se através das massas “urbanas”.

O Estado promove a sua participação na arena política, ao mesmo tempo em que tutela tais massas, que são impossibilitadas de “desenvolver uma ação política autônoma”, não passam de “massa de manobra” (Weffort, 2003, p.63). Na medida em que o Estado torna-se “receptivo às aspirações populares”, esse mesmo “povo” é “manipulado”, pois o Estado “controla” a estrutura sindical, “doa” a legislação trabalhista urbana e se estabelece como “pai dos pobres” (Weffort, 2003, p.55).

O Estado enquanto instituição confunde-se com a figura pessoal de Getúlio Vargas. Assim, observa-se a “personalização do poder, a imagem (meio real e meio mística) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade” (Weffort, 2003, p.78). Tais premissas nos remetem novamente às observações que Marx fez de Luís Napoleão assinaladas nos parágrafos anteriores.

A confusão entre o poder do Estado e a personificação de poder possui ligação com a dinâmica da centralização vivenciada pelo processo político brasileiro registrado no período pós-1930. A contribuição teórica de Aspásia Camargo é relevante para visualizarmos esses movimentos. A autora destaca o caráter centralizador e intervencionista promovido pelo Estado, cabendo ao poder central a readaptação ou a substituição das “velhas máquinas oligárquicas da República Velha por outras, mais permeáveis aos novos objetivos nacionais, dentro de uma estratégia de centralização política” (Camargo, 1983, p.15). Inaugura-se, no sistema republicano, a política nacional, em contraposição à política regional e autônoma dos estados característica do período anterior.

Uma das primeiras medidas do Governo Provisório foi a edição do Decreto do dia 11 de novembro de 1930, que tornou Getúlio Vargas detentor do poder Executivo e Legislativo,

extinguindo temporariamente o Congresso Nacional. O decreto também previa a substituição do cargo de governador pelo de interventor, nomeado pelo chefe do Governo Provisório, sendo este também detentor de funções executivas e legislativas, podendo ser exonerado do cargo por vontade do presidente da república. O interventor, por sua vez, nomeava os prefeitos dos municípios de seu estado, podendo exonerá-los. Tem-se como primeiras medidas, portanto, a centralização e a moralização dos costumes políticos. Estas medidas centralizadoras foram obtidas, segundo Maria do Carmo Campello de Souza, por via autoritária. O governador passou a designar-se como interventor, um representante do governo federal no seu estado. Esse chefe político não precisaria contar com os grupos dominantes locais para a sua permanência no cargo, muito pelo contrário, ele devia prestar contas e fidelidade apenas ao chefe do governo provisório, ou seja, Getúlio Vargas (Souza, 1976, p.88).

As lutas internas dos antigos e novos interesses foram intensas sobretudo nos anos do Governo Provisório (1930-1934) e do Governo Constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937) e tiveram como desfecho o golpe do Estado Novo, em 1937, inaugurando um regime ditatorial que perdurou até 1945. No debate sobre momentos democráticos e autoritários vivenciados pelo Brasil pós-1930, encontramos as seguintes considerações de Francisco Weffort sobre o Estado populista. O autor aponta que na ditadura, é visível:

“a capacidade que possui o Estado de legitimar-se nas massas por meio da manipulação, de fazer doações às massas ou aos grupos econômicos, de arbitrar entre estes grupos, e, portanto, de manipulá-los também. É evidente, além disso, que nos papéis de manipulador, doador ou árbitro, o detentor do poder procura, por todos os meios, preservar o seu domínio, realizando sempre uma política realista entre as pressões dos grupos e sua necessidade de apoio popular” (Weffort, 2003, p.56)

No caso francês, Marx analisou o Estado autoritário bonapartista na figura de Luís Bonaparte. Mas no Brasil, o Estado populista analisado por Weffort não se limita à figura de Vargas, e prossegue com muitas características inauguradas por Vargas mesmo depois de sua deposição, continuadas pelo populismo autoritário dos líderes paternalistas e carismáticos na democracia de massas do período pós-guerra (Weffort, 2003, p.69). A diferença estabelecida na democracia de massas é que a linha de sustentação populista se dá de maneira mais adversa, o que provoca instabilidade no jogo político. Weffort utiliza essa crise para explicar o golpe de 1964, que instala um autoritarismo não populista. Ianni (1968) também tenta explicar o golpe de 1964, indicando a ocorrência de um colapso do populismo a partir desse momento, inaugurando um modelo diferente do modelo getuliano ou populista.

6. Considerações Finais

Um dos fenômenos analisados por Marx na sua teoria do Estado é a relação entre a estrutura sócio-política e a produção econômica (Marx; Engels, 1977, p.35). Nos livros “O Manifesto do Partido Comunista” (1848) e “A Ideologia Alemã” (1845-1846), escritos antes da Revolução de 1848, e portanto, antes das “obras históricas”, Marx entende que a história mundial é caracterizada por uma sucessão de modos de produção. Cada modo de produção econômico possui uma determinada estrutura sociopolítica. Uma das instituições que fazem parte dessa estrutura é o Estado. A classe que é economicamente dominante é também politicamente dominante, ou seja, ocupa diretamente o poder de Estado. A única forma de substituir tal classe economicamente dominante de uma determinada época e anular o seu monopólio de poder do Estado é por via revolucionária. Foi por essa via que a burguesia pôde substituir a dominação política e econômica dos senhores feudais da Idade Média, com o advento da moderna sociedade capitalista (Marx; Engels, 2003, p.26). A burguesia no capitalismo é a classe política e economicamente dominante que coloca a velha sociedade feudal e sua classe dominante sob ruínas. Essa classe passa a ocupar o Estado fazendo com que este defenda seus interesses particulares. O Estado executa essa operação de maneira mascarada, porque ele se apresenta para o restante da sociedade como representante dos interesses “gerais” (Marx; Engels, 1977, p.49). Questionando tal dominação, Marx e Engels (1977, p.49) sugerem que o proletariado (“classe que aspira à dominação”) busque a conquista e o domínio de tal poder político para que possa apresentar seus interesses como gerais, superando a antiga forma de sociedade e dominação.

Essas premissas são colocadas à prova no caso da Revolução de 1848, analisadas nas obras “As lutas de classe na França” e “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. Marx indica que embora as classes burguesas sejam economicamente dominantes, elas são incapazes de monopolizar o próprio poder político de Estado na transição de um regime monárquico ao regime republicano. Elas preferem transferir poder a um líder vago e impreciso como Luís Bonaparte que se diz “acima dos interesses de classe”. As frações de classe burguesa preferem o autoritarismo desse líder do que a possibilidade de avanços proletários que poderiam ser realizados na república francesa recém-instaurada, ou até mesmo o advento de uma revolução socialista. Portanto, a classe economicamente dominante não controla diretamente o Estado. Os agentes que dirigem o aparelho estatal tentam conciliar e mediar diversos interesses muitas vezes antagônicos. No caso empírico de Luiz Bonaparte, observa-se um líder que se confunde com o próprio Estado e encontra legitimidade na classe camponesa, manipulada por ele, com o propósito de anular a capacidade revolucionária da classe proletária. Na observação prática da política, as formulações sobre o Estado formuladas por Marx nos anos anteriores a 1848 são reavaliadas pelo autor.

Já no Brasil, ocorre a Revolução de 1930, no qual o poder das oligarquias agrárias regionais (classes política e economicamente dominantes) é questionado por classes médias e oligarquias dissidentes. Essa contestação abre um período de “crise de legitimidade”, na qual nenhuma classe detém com exclusividade o poder político e nenhuma delas possui a capacidade de fazer valer

seus interesses de classe particulares como interesses gerais para o restante da sociedade. O fenômeno da “crise de legitimidade” também é verificado na França de 1848. Para Ianni (1968) e Weffort (2003), observa-se no caso brasileiro, ações de “grupos”, pois as classes sociais estão incompletamente constituídas. Isso possibilita a crise de representação que se abre com o Estado populista. Portanto, os grupos economicamente dominantes que poderiam legitimar-se no Estado (a burguesia industrial e comercial) são incapazes de cumprir essa tarefa. Também não há a possibilidade de uma eclosão de uma revolução proletária, visto que tal classe é incompleta e se encontra em situação de “massa”. Antes dessa massa se construir-se enquanto classe, Vargas, o líder da Revolução de 1930 (também personificado em Estado, também mediador de diferentes interesses) passa a manipular as massas, e delas retira a base de sua legitimidade. O grupo que abriu a contestação ao regime oligárquico, a classe média, também é incapaz de conduzir o processo de mudanças sociais e políticas.

Assinaladas as diferenças entre esses dois momentos e análises, as semelhanças são evidentes, a influência da teoria de Marx sobre a teoria do populismo também. Esperamos que esse trabalho tenha contribuído para explicitar tais influências que nem sempre são evidenciadas, inclusive pelos próprios autores posteriores à Marx.

Referências Bibliográficas

Camargo, Aspásia. 1983. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A revolução de 30: Seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Collor, Lindolpho. 2002. Manifesto da Aliança Liberal, redigido por Lindolfo Collor (20 abril 1930). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto (orgs.). *Textos Políticos da História do Brasil (Volume 4)*. Brasília: Senado Federal.

Fausto, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1975.

Hobsbawn, Eric. 2006. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Ianni, Octávio. 1965. Processo Político e Desenvolvimento Econômico. In IANNI, Octávio (org.). *Política e Revolução Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ianni, Octávio. 1968. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Kaysel, André. 2012. Marxismo e populismo na América Latina: Notas sobre um desentendimento. Águas de Lindóia. 36º Encontro Anual da ANPOCS.

Martins, Luciano. 1983. Revolução de 1930 em Perspectiva: Estado, Estrutura de Poder e Processo Político. In: *A revolução de 30: Seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de*

História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. 1977. *A ideologia alemã*. Editorial Grijalbo Ltda.

Marx, Karl. 2008. "As lutas de classes na França". In: MARX, Karl. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. 2003. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann.

Marx, Karl. 1997. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Pereira, José Carlos. 1984. *Formação industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Hucitec.

Saes, Décio. 1984. *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. São Paulo: T.A Queiroz Editor.

Souza, Maria do Carmo. 1976. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega.

Weffort, Francisco. 2003. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Weffort, Francisco. 1965. "Política de massas". In IANNI, Octávio (org.). *Política e Revolução Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.